

## Um conflito regional



Por **DANIEL R. DEPETRIS & RAJAN MENON\***

*O Ocidente liberal não deve se iludir sobre até que ponto o resto do mundo apoiaria a Ucrânia*

Os Estados Unidos e seus aliados veem as apostas morais e estratégicas envolvidas na guerra da Ucrânia como algo singelo: a Ucrânia é a vítima da agressão, e a Rússia é o agressor. O que está em questão para eles não seria apenas a independência da Ucrânia, mas também a disposição do mundo “democrático” de defender, do presidente russo Vladimir Putin – presumido como um autoritário sem remorso –, a “ordem internacional baseada em regras”, projetada pelos norte-americanos.

No entanto, em grande parte do resto do mundo, o fervor moral evidente na resposta do Ocidente liberal ao ataque da Rússia à Ucrânia tem estado visivelmente ausente. Em vez disso, países como Índia, Brasil, México, África do Sul, Turquia e Indonésia permaneceram em larga medida não comprometidos, agindo, antes de mais nada, no sentido de proteger seus interesses econômicos e estratégicos. Suas políticas particulares em relação à guerra variam.

Alguns, como a Índia, se abstiveram de todas as resoluções da ONU destinadas a punir a Rússia; outros votaram por algumas delas; mas todos se abstiveram do castigo público à Rússia, e alguns, principalmente a Índia, receberam críticas dos Estados Unidos como resultado. Até a Arábia Saudita, que há muito mantém laços militares estreitos com os Estados Unidos, rejeitou o pedido de Washington de bombear mais petróleo para aliviar os aumentos de preços após a imposição das sanções ocidentais à Rússia, cuja produção caiu um milhão de barris por dia desde a invasão da Ucrânia em 24 de fevereiro, e continua caindo.

O que esses países têm em comum é que tendem a considerar a guerra na Ucrânia como um conflito regional, não, como faz o Ocidente liberal, uma grave ameaça à estabilidade global e às leis e normas que deveriam sustentar a ordem global. Com efeito, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, ainda que não apoie a invasão da Rússia, manifestou que a busca obstinada de Washington pela expansão da OTAN contribuiu para acelerar uma crise com a Rússia na Europa, que acabou se transformando em guerra.

Outros países colocaram seus interesses nacionais acima das rogativas dos Estados Unidos para isolar e sancionar a Rússia. Israel e Turquia não condenaram publicamente a Rússia, e estão tentando salvaguardar benefícios tangíveis de monta, assim como a possibilidade de servirem como mediadores entre Kiev e Moscou. A Índia, por sua vez, continua valorizando seus laços econômicos com a Rússia e, desde a irrupção da operação russa, aproveitou os preços com desconto para comprar mais que o dobro da quantidade de petróleo russo frente ao que comprara em 2021.

Esses países acreditam que os esforços internacionais devem se concentrar em promover um acordo negociado na Ucrânia, ao invés de usar a guerra como uma ocasião para isolar a Rússia, muito menos para enfraquecê-la. A divergência de pontos de vista assegura que os esforços dos Estados Unidos para relegar a Rússia ao status de pária falharão. Não porque muitos países apoiem a invasão da Ucrânia pela Rússia, mas porque querem proteger os benefícios particulares resultantes de seu relacionamento com Moscou. Eles também acreditam que condenar publicamente a Rússia não ajudará em coisa alguma para acabar com a guerra na Ucrânia.

Para o Ocidente liberal, a relutância desses países em escolher um dos lados – castigar a Rússia, apoiar a Ucrânia e impor sanções – tem sido vista em larga medida como moralmente falida e estrategicamente ingênua. Para dar a conhecer sua infelicidade, os Estados Unidos recorrem de quando em vez a ameaças não muito sutis. Durante uma visita à Índia, Daleep

Singh, vice-conselheiro de segurança nacional do presidente Joe Biden para economia internacional, alertou que os países que minam o regime de sanções norte-americanas contra Moscou podem acabar pagando um preço econômico.

Em uma coletiva de imprensa em 18 de março, a embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Linda Thomas-Greenfield, foi igualmente franca. “Você não pode” – disse ela – “ficar à margem e assistir à agressão que vemos acontecendo na Ucrânia e dizer que você vai ser neutro sobre isso”. Alguns legisladores americanos veteranos chegaram a sugerir que Washington considerasse impor sanções à Índia.

Ameaças e retórica, no entanto, caíram em ouvidos surdos em muitos países do Sul Global – um termo genérico para uma coleção de países asiáticos, africanos e sul-americanos –, alguns dos quais reagiram até mesmo raivosamente ao puxão de orelhas. Um exemplo especialmente dramático foi o de Imran Khan, até recentemente primeiro-ministro do Paquistão, que se irritou com a União Europeia por exigir que o Paquistão votasse a favor da resolução da Assembleia Geral da ONU para punir a Rússia. “Por acaso somos seus escravos e deveríamos fazer qualquer coisa que dissessem?”, questionou Khan.

Mesmo que a Índia e o Paquistão tenham travado várias guerras entre si, suas posições sobre o conflito na Ucrânia são semelhantes – refletindo uma relutância em se dispor a antagonizar a Rússia. A Índia tem uma relação próxima com Moscou desde meados da década de 1950. Ainda que hoje seja muito menos dependente do armamento russo e tenha extensos laços econômicos e de segurança com os Estados Unidos, a Rússia continua sendo seu maior fornecedor militar, respondendo por quase metade das importações indianas de defesa. A Rússia também começou a se aproximar do Paquistão. Em nítido contraste com sua política centrada na Índia durante a Guerra Fria, Moscou forneceu ao Paquistão uma certa quantidade de armas e, desde 2016, também realiza exercícios conjuntos com os militares paquistaneses. Não é de admirar que Khan tenha se recusado a ser incitado a tomar partido na guerra da Ucrânia e que seu sucessor, Shehbaz Sharif, tampouco mudou esse rumo.

Depois vem o Brasil, cuja economia de US\$ 1,4 trilhão – a maior da América Latina – é profundamente dependente das vendas agrícolas, que o presidente brasileiro Jair Bolsonaro priorizou. A soja, principal produto de exportação agrícola do Brasil, rende quase US\$ 29 bilhões. Cultivar esse produto requer fertilizantes, e o Brasil importa 85% do que precisa. A Rússia responde por 23% dessas importações. A Rússia encerraria suas exportações de fertilizantes se o Brasil passasse a apoiar as sanções ocidentais contra Moscou? Bolsonaro sequer quer saber a resposta. O Brasil votou a favor de uma resolução da Assembleia Geral da ONU de 2 de março condenando a Rússia, mas a justificativa de voto do seu embaixador criticou incisivamente tanto “a aplicação indiscriminada de sanções” quanto denunciou o recurso da Rússia à guerra.

Os governos mais automaticamente pró-Rússia – Bielorrússia e Síria, por exemplo – têm suas próprias razões para apoiar a guerra contra a Ucrânia, incluindo sua dependência econômica e militar quase total de Moscou. Mas outros evitaram condenar a Rússia publicamente por uma razão diferente. Eles acreditam que a denúncia não mudará o comportamento da Rússia, mas, sim, aumentará a polarização produzida pela guerra, reduzindo as chances de um acordo político. Mesmo que tal acordo não esteja à vista, esses países não desejam minar as perspectivas de uma negociação de fim de guerra em alguma data posterior. Assim, ainda que tenha votado em favor da resolução de 2 de março, o México se opõe a sanções, alegando que essas medidas punitivas tornarão ainda mais difícil a retomada da diplomacia.

Essa lógica também explica a recusa da Indonésia, atual presidente do grupo econômico G-20, em desconvidar Vladimir Putin para a cúpula do conclave em novembro, em Bali, apesar da insistência de Washington, mesmo que o presidente Joko Widodo entenda que a participação de Putin poderia desencadear um boicote ocidental. Assim como o México, a Indonésia votou a favor da resolução de 2 de março, mas acredita que uma estratégia de isolamento da Rússia seria contraproducente. No ano que vem, a Índia vai presidir o G-20 e o primeiro-ministro Narendra Modi, cujo país se absteve na resolução, dificilmente fechará a porta para Vladimir Putin pelos mesmos motivos.

Da mesma forma, apesar do desejo dos Estados Unidos de um discurso duro condenando a invasão da Ucrânia pela Rússia na cúpula Estados Unidos-ASEAN deste mês em Washington, a declaração conjunta de encerramento continha não mais que um apelo anódino para encerrar com os combates, fornecer assistência humanitária à Ucrânia, e defender os princípios de “soberania, independência política e integridade do território”. A Rússia não foi mencionada, muito menos punida. Os Estados Unidos também não se saíram melhor no conclave de 21 países da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) que se seguiu em Bangkok. Assim que o ministro do desenvolvimento econômico da Rússia se preparava para discursar na reunião, a representante comercial dos Estados Unidos, Katherine Tai – acompanhada pelos delegados da Austrália, Canadá, Japão e Nova Zelândia – se retirou. Os demais participantes simplesmente ficaram parados.

Os países centrais do Sul Global se recusaram a seguir a linha de Washington por outro motivo: apreensão, até mesmo ressentimento, sobre o uso, pelos Estados Unidos, da dominação do dólar para aplicar sanções a outros países com crescente frequência. Alguns desses países – incluindo a Índia e o Paquistão, após seus testes nucleares de 1998, assim como a Turquia, após a compra do sistema de defesa antimísseis S-400 da Rússia – sofreram sanções dos Estados Unidos.

De nada ajuda que Washington justifique as sanções alegando que seriam necessárias para punir países que ameaçam a sua “ordem global baseada em regras”. Para grande parte do Sul Global, essa linha de argumento é hipócrita, dada a história de Washington de descartar esses mesmos princípios, sempre que lhe seja conveniente. Considere-se aqui a intervenção unilateral da OTAN no Kosovo em 1999, realizada sem uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, assim como a guerra do Iraque em 2003 – uma guerra preventiva de mudança de regime lançada com base na falsa alegação de que Saddam Hussein estava desenvolvendo armas de destruição em massa. Acrescente-se a isso a intervenção de 2011 na Líbia, que foi além dos termos da Resolução do Conselho de Segurança da ONU de 1973, transformou-se numa guerra de mudança de regime contra Muammar al-Qaddafi, e deixou atrás de si a anarquia política, contribuindo para o aumento do terrorismo no norte da África.

Há uma lição importante a ser aprendida aqui: para muitos países fora da América do Norte e da Europa, escolher lados em um confronto entre a Rússia e o Ocidente é uma estratégia perdedora, cujos custos superam significativamente os benefícios. Além disso, os Estados Unidos não podem esperar de forma razoável que eles sacrifiquem interesses importantes para defender as normas globais que Washington mesma deixa de lado quando o considera adequado fazer. Reduzir países que não seguiram a liderança do Ocidente liberal frente à Rússia à condição de “simpatizantes de Putin” é perder de vista esse contexto mais amplo.

Sumariamente falando, o ataque da Rússia à Ucrânia poderia ser argumentado como ilegal. É discutível se o Kremlin atacou um país que, de fato, não apresentava perigo claro e evidente para a segurança nacional russa. Também pode se argumentar que a Rússia teria atingido indiscriminadamente alvos civis e que seus soldados cometeram crimes de guerra. O corolário dessas suposições seria que a Ucrânia teria o direito de defender a sua independência e deveria dispor dos meios para o fazer. Mas tudo isso é mera suposição construída pela propaganda de guerra atlanticista.

Assim, o Ocidente liberal não deve se iludir sobre até que ponto o resto do mundo apoiaria a Ucrânia. Washington tem o mau hábito de supor que, com a quantidade certa de pressão ou incentivo, outros Estados eventualmente se alinharão aos Estados Unidos no momento em que tentam resolver um problema, administrar uma crise ou punir um agressor.

A política internacional, no entanto, é um assunto bem mais complicado. Como o mundo se apresenta depende em grande parte de onde um país específico se encontra, quais são seus interesses e quanto desses interesses ele pode sacrificar de forma razoável. Isso é verdade mesmo em panoramas pretensamente varridos pela propaganda midiática ocidental, como é o caso do suposto ataque unilateral da Rússia à Ucrânia, onde qualquer erro daquela propaganda pode se tornar imediatamente discernível.

Os Estados Unidos estariam mais bem servidos se vivessem em um mundo de realidade – por mais frustrante que isso possa ser – em vez de um mundo de faz de conta, no qual os países seguiriam confiadamente a liderança dos formuladores norte-americanos de política. Do contrário, os Estados Unidos estarão se preparando para a decepção, a frustração e o fracasso potencial.

**\*Daniel R. DePetrís** é membro do *Defense Priorities*, um think tank que defende a contenção nas intervenções estrangeiras; é também colunista de relações exteriores do semanário britânico *The Spectator*.

**\*Rajan Menon** é pesquisador no *Saltzman Institute of War and Peace Studies*, da *Columbia University*. Autor, com *Eugene B. Rumer*, de *Conflict in Ukraine: The Unwinding of the Post- Cold War Order*.

Tradução: *Ricardo Cavalcanti-Schiel*.

Publicado originalmente no portal [Politico Magazine](#).